

Por Bruna Furlani

Segundo Ricardo Pena, autarquia colocou que sem aprovação da nova regra de investimento, fundações não poderão comprar debêntures de infraestrutura, tema que é sensível para o Governo

Uma espécie de “cabo de guerra” entre o Ministério da Fazenda e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) ganhou força nas últimas semanas depois que a equipe econômica do Governo propôs que os chamados [fundos de pensão](#) mudassem a forma de contabilizar os passivos nos balanços.

Em troca do ajuste nos limites de investimentos a serem analisados em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), a pasta propôs a [marcação a mercado](#) não só dos ativos como também dos passivos dos fundos. Isso envolveria considerar seus preços atualizados de mercado, e não de quando foram criados, como forma de evitar o descasamento entre ambos. Mas a ideia não agradou.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: InfoMoney, em 26.07.2024